

Artigo recebido em
15/03/2014

Aprovado em
29/04/2014

MARIALVA CARLOS
BARBOSA
UFRJ

Professora Titular
de Jornalismo da
Universidade Federal
do Rio de Janeiro
(UFRJ) e Professora
Titular (aposentada) da
Universidade Federal
Fluminense. Doutora em
História. Vice-Presidente
da INTERCOM.
Pesquisadora 1 do CNPq.
email: mcb1@terra.com.br

Imprensa e Golpe de 1964: entre o silêncio e rememorações de fatias do passado

Marialva Carlos Barbosa

Resumo

O texto procura mostrar a atuação da imprensa no período ditatorial brasileiro inaugurado em 1964, no qual ações de cooptação conviveram, lado a lado, com estratégias de resistência. Aborda as estratégias memoráveis dos jornalistas que, no futuro, constroem enredos narrativos sobre a ação da imprensa de forma a produzir uma memória comum do grupo, privilegiando determinadas imagens nas quais se sobressaem os valores profissionais. Mostrando a complexidade das relações entre imprensa e poder durante o período, enfatiza ainda que alguns processos históricos de transformação do jornalismo brasileiro – exacerbação das estratégias de modernização da imprensa e valorização do jornalismo interpretativo – têm como momento deflagrador a adoção de novos critérios redacionais e editoriais implantados em função da censura.

Palavras-chave

Imprensa, Jornalistas, Memória, Golpe de 1964.

Abstract

The text shows the role of the press in the Brazilian dictatorship period that opened with the coup of 1964 in which shares of cooptation lived side by side with strategies of resistance. Discusses the memorable strategies of journalists that makes narrative about the action of the press to produce a common memory of the group in the future, favoring certain images in which excel professional values. Showing the complexity of the relationship between media and power during the period, emphasizes even some historical processes of transformation of Brazilian journalism (exacerbation of modernization strategies of the press and enhancement of interpretive journalism) when starts to adopt brand new redactional and editorial discretion implemented according to the censorship.

Keywords

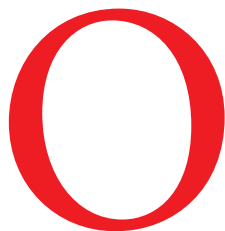
Press, Journalists, Memory, The coup of 1964

Estudos em Jornalismo
e Mídia

Vol. 11 Nº 1

Janeiro a Junho de 2014

ISSNe 1984-6924



O objetivo desse texto é mostrar que, como um processo complexo, as ações da imprensa no período ditatorial, inaugurado com o golpe de 1964, não foram nem apenas uma história de resistências dos jornalistas (e de algumas empresas) às forças militares que tomaram o poder em 1º de abril de 1964, nem uma história de cooptações, materializadas pela autocensura generalizada, pelo silêncio que se produzia em relação às ações mais violentas da ditadura ou pela aproximação com os detentores do poder.

Com a exclusão dos temas políticos da imprensa diária – que construíam historicamente a lógica discursiva das publicações desde o século XIX – e com o aparente divórcio do grupo dos jornalistas das esferas de poder houve uma série de reconfigurações no mundo do jornalismo, das quais a exacerbação do movimento de modernização da imprensa, iniciado na década anterior, e a eclosão do jornalismo investigativo fazem parte do mesmo processo.

Nas páginas dos jornais, sobretudo após a edição do AI-5, quando alguns foram submetidos aos ditames da censura prévia, enquanto outros aderiam à autocensura como forma de sobrevivência (e subsistência), observa-se, cada vez mais, destaque às matérias da editoria internacional e das temáticas locais. Narradas na perspectiva da impessoalidade e da valorização do fato bruto distante de qualquer viés opinativo constituíam-se na produção de uma textualidade possível, decorrente do afastamento compulsório das análises políticas e da tomada de posição clara a favor (ou contra) dos grupos do poder. Os padrões redacionais

e o processo de modernização da imprensa, exacerbados na década de 1960, encontraram eco favorável em função dos limites impostos ao jornalismo no período ditatorial. A ênfase à ideia de que cabia ao jornalismo, tão somente, narrar, de forma distante, o que se passava no mundo, construindo uma pretensa neutralidade pode ser interpretada, portanto, como uma brecha narrativa construída pelos jornais para continuarem a desempenhar seu papel e sua função junto ao público.

Ao mesmo tempo, longe das polêmicas que sempre marcaram o jornalismo brasileiro no longo processo de construção histórica de suas narrativas, cabia agora no novo modelo incluir a função de revelador de um mundo que não seria conhecido, não fosse a sua interferência providencial. Constrói-se, assim, na esteira do afastamento dos temas políticos, a exacerbação do valor investigativo do jornalismo, que, evidentemente, daria à atividade e aos jornalistas um poder simbólico tão importante quanto àquele de viver nas cercanias do poder.

Se, no passado, pode-se observar a construção de um silêncio significativo em relação a diversos temas políticos que não eram noticiados, em função muitas vezes da autocensura – como, por exemplo, as prisões e a existência de torturas e mortes que atingiam os que combatiam (ou procuravam) combater o regime – no futuro, percebe-se que os jornalistas constroem um discurso comum do grupo para justificar algumas posições (inclusive o silêncio). Por outro lado, num processo seletivo da memória em busca por uma verdade significada hoje, e não no passado, há o movimento constante de produzir o grupo, naquele momento, como um corpo homogêneo, no centro da luta

pela liberdade de expressão, defendendo os valores da democracia, sem dúvida, o valor profissional mais duradouro na construção da identidade jornalística no Brasil.

Na prática nem esse grupo existia como um corpo homogêneo, nem as suas ações no passado – que tem no silêncio compulsório, paradoxalmente, a marca mais gritante da acomodação diante das ações da ditadura – indicam a existência dessa luta.

Chama também atenção no jogo de construção memorável, a produção de uma memória do grupo, na qual destacam as ações que faziam, de maneira individual, para burlar a censura, usando, sobretudo, as técnicas jornalísticas e o conhecimento dos meandros da profissão. Assim, as textualidades (redacionais e editoriais) teriam sido usadas muitas vezes para denunciar a existência da censura ou para burlar as regras de cerceamento da liberdade de expressão.

No discurso construído no futuro, três posições dominantes sobressaem. Em primeiro lugar, justificam a apatia diante dos limites impostos à atividade porque, para eles, o mais importante era defender a sua posição como jornalista, preservando o emprego. Essa preservação não tinha motivação imediata e cotidiana (salário, posição, condições de sobrevivência, família, etc.), mas o valor simbólico do

ser jornalista. O medo de deixar de ser jornalista teria sido responsável pela generalização das estratégias de silêncio. Ser jornalista, nessas construções memoráveis, fazia parte da vida. E perder a função de jornalista significava a morte em vida.

Em segundo lugar, na concepção das memórias futuras e que, de certa maneira, justificam de maneira subterrânea o silêncio está a hierarquia da profissão. Para os jornalistas cabiam aos donos dos jornais, aos dirigentes máximos das publicações a luta pelas liberdades democráticas e não aos que ocupavam posições intermediárias e de menor importância nas redações. Por outro lado, esse mesmo argumento imputa aos donos de jornais a responsabilidade solitária pelo alinhamento promovido com os governos militares. O restante dos profissionais apenas teria assistido, sem participar diretamente, desses jogos de apoio.

Em terceiro lugar, como produção memorável do passado sobressaem descrições de cenas, ações dos jornalistas que teriam se rebelado contra o regime e, com isso, sofrido diretamente consequências perversas. A ação destemida (ou perigosa ou contrária às determinações dos altos escalões das empresas jornalísticas), sempre de natureza individual, se constitui como um enredo narrativo mostrando como os jornalistas cumpriram com o valor deontológico da profissão de lutar pelas liberdades democráticas exercendo o que qualificavam como o papel mais importante da imprensa.

A arma utilizada para se insurgir contra a ação direta da censura era, sobretudo, o texto. Através de recursos possíveis na produção dos jornais – redacionais e

A arma utilizada para se insurgir contra a ação direta da censura era, sobretudo, o texto

editoriais – teriam revelado para o público a existência da censura e os limites da liberdade de informar a que estavam submetidos.

Entretanto, como eles mesmos admitem no futuro, as mensagens cifradas muitas vezes não foram compreendidas. A rigor, os jornalistas estavam construindo documentos de memória da atuação do grupo, mostrando que o texto e os recursos do que qualificavam como verdadeiro jornalismo poderiam ser utilizados como armas possíveis, mas, sobretudo, como documentos da sua insubordinação. É nessa condição que as páginas das publicações são lembradas no futuro: atestando o envolvimento imputado a quase toda a imprensa (e aos jornalistas) de repúdio à ditadura. As páginas das publicações se transformam em emblemas históricos das épocas.

Enredo 1: a ação destemida dos jornalistas, o texto como arma

Quando o tema é a atuação da imprensa brasileira no período ditatorial de vinte e um anos inaugurado com o Golpe de 1964, algumas páginas dos jornais e as estratégias redacionais e editoriais dos jornalistas que construíram esses documentos memória do cerceamento das liberdades democráticas são quase que naturalmente lembradas. A edição do *Jornal do Brasil* de 14 de dezembro de 1968, anunciando o AI-5, e a edição do mesmo jornal, de 12 de setembro de 1973, noticiando, sem manchete, o golpe militar do Chile, são apenas dois exemplos (ainda que dos mais marcantes).

As estratégias editoriais do *Estado de*

S. Paulo de publicar espaços em branco denunciando a ação da censura ou cartas dos leitores ou poesias nos lugares de onde as matérias originais foram retiradas e as colunas em branco da revista *Veja* aonde apenas o símbolo da editora Abril se sobressaía também se constituem em emblemas da resistência da imprensa, construídos não apenas para serem lidos e interpretados no passado, mas, sobretudo, no futuro. Atestam pelo valor do documento a ação da imprensa censurada.

Assim, ao falarem desse tempo pretérito destacam-se nas vozes dos jornalistas as artimanhas que construíam para burlar a censura através das técnicas jornalísticas e do conhecimento profundo que possuíam da profissão. As estratégias editoriais e o conhecimento textual seriam, assim, armas de luta.

Logo após o AI-5, o *Jornal do Brasil* viveu um curto período de censura prévia (10 dias), adotando em seguida a autocensura. Bilhetinhos e telefonemas informavam os temas que não poderiam ser publicados. Inicialmente a censura ficava a cargo das Forças Armadas, mas num segundo momento passou a ser de responsabilidade do Ministério da Justiça e, finalmente, da Polícia Federal. A censura à imprensa e aos meios de comunicação perdurou, com intensidade variada, de 1969 a 1978.

Falando do período da censura prévia no *JB*, Alberto Dines, então editor do jornal, relembra com minúcias as ações de produção do jornal que se transformariam em emblema da tomada de posição dos jornalistas contra a censura. O conhecimento que possuía dos processos produtivos (em contraposição ao total desconhecimento dos censores) foi a brecha encontrada para que pudesse publicar “coisas muito visíveis, dando a

entender (para o público) que os jornalistas não estavam mais no controle”. Enfrentar a censura, usando como arma o texto aparece nas falas dos jornalistas como a ação mais recorrente da imprensa, mas, sobretudo, aquela da qual eles mais se orgulham.

Vieram com muita educação, fardados e desarmados. Apresentaram-se e avisaram que passariam a acompanhar a notícia (...). Eles recebiam cópias das matérias e nós lhes levamos as provas das páginas – naquela época o jornal era composto embaixo, na oficina, onde se tirava uma prova para as revisões finais. Podiam mexer, mas não executaríamos as modificações pedidas, porque não sabiam que se alterava a prova na oficina. Descobriram isso 24 horas depois, fizemos o diabo. No jornal inteiro, até nos classificados, publicamos coisas muito visíveis, dando a entender que os jornalistas não estavam mais no controle. As 5 h da manhã, dia claro, saímos eu e o Carlos Lemos, o meu segundo, grande amigo e companheiro que comentou: ‘Fizemos uma edição histórica porque o Jornal do Brasil tomou uma posição’ (Alberto Dines, editor do Jornal do Brasil, em 1968. Depoimento. In: **Memória de repórter**, 2010, p. 88).

Em diversas entrevistas, Alberto Dines, um dos responsáveis por uma das fases das reformas de modernização do *Jornal do Brasil* iniciada na década anterior, relembra esse episódio. Algumas vezes é mais prolixo, como na declaração acima, em outras é mais econômico nas palavras. Em todas, destaca o fato de ter conseguido enganar os censores a partir das possibilidades narrativas do jornalismo. O texto passava a ser a arma do jornalista.

E aí fizemos uma edição em que enganamos os censores: eles diziam uma coisa, nós íamos à oficina e fazíamos outra. E saiu uma

edição que é considerada histórica. Lembram? A previsão do tempo que ficou famosa: ‘Nuvens negras...’ Foi realmente espetacular (Alberto Dines. Depoimento. In: ABREU, LATTMAN-WLTMAN e ROCHA, 2003, p. 97).

Também Carlos Lemos, o subeditor do jornal lembrado por Alberto Dines como tendo atuação direta naquela edição que fora construída como emblema para o futuro, relembra aquele momento, destacando o orgulho por ter feito o que considera o bom jornalismo. Em contraponto à fúria dos militares (refutada com palavras, colocando-o em posição de enfrentamento), a certeza de que tinha feito um belo trabalho.

No dia seguinte, 9 horas da manhã, eu volto para a redação, e na sala do diretor Lywall Salles, dois milicos me dizem: ‘O senhor nos enganou’. ‘Eu não, os senhores assinaram todas as páginas. Se alguém se enganou foram os senhores’. Ficaram quicando e, em vez de oficiais do Exército, mandaram censores especializados da polícia política do DOPS. Mas essa foi uma página boa de fazer. Foi bonito (Carlos Lemos. Depoimento. In: **Memória de repórter**, 2010, p. 89).

Outra página emblema de época – a do golpe militar no Chile, em 1973 – é lembrada com frequência como produto direto do enfrentamento realizado pelo grupo a partir das artimanhas textuais e das convenções narrativas da profissão.

A qualquer momento eu não resistiria. E isso aconteceu em setembro de 1973, na derrubada do presidente do Chile, Salvador Allende. Não tínhamos recebido nenhuma instrução e preparamos o jornal, evidentemente com a manchete da morte dele. Estava uma

boa edição. Fui para casa (...) ligaram pra avisar de uma ordem da polícia proibindo o assunto do Chile na manchete. Voltei (...). Estava presente o vice-diretor Bernardo da Costa Campos, um homem de confiança do Brito, nunca tinha se metido com jornalismo, mas apareceu e estranhei. Falei que íamos cumprir estritamente o pedido. Pedi para tirar a manchete: 'Vamos fazer três ou quatro blocos, com o corpo maior possível, contar essa história toda, sem manchete, e essa história vai servir de manchete'. No dia seguinte, bem cedo o Armando Nogueira, da TV Globo, me ligou dizendo que o jornal estava extraordinário, que o jornalismo brasileiro vivia o seu melhor momento. Não esqueci os telefonemas e o impacto, não sobrou nada daquela edição. Mas o Brito ficou chateadíssimo e assim começou o fim (Alberto Dines. Depoimento. In: **Memória de repórter**, 2010, p. 92).

Em dezembro daquele mesmo ano, Alberto Dines seria demitido do *Jornal do Brasil*. Localizando as razões do que fora nomeado por Nascimento Brito, diretor geral do jornal, como “indisciplina”, no fato de produzir edições que mostravam o descontentamento com o regime, o jornalista enfatiza, com orgulho, mais uma vez, as edições emblemas de uma época a partir de valores primordiais do jornalismo. A arma que usara tinha sido as técnicas redacionais e editoriais, das quais se orgulharia no futuro.

Cabia aos proprietários dos jornais a decisão de ser contra a ditadura

Jornalistas de outras publicações, como do *Estado de S. Paulo* que viveu um longo período de censura prévia (de 1972 a 1975), relembram também as estratégias editoriais utilizadas para mostrar subrepticamente ao público que o jornal estava sob censura. Se na época, poucos foram os que entenderam o tom da mensagem, no futuro as edições se constituem em exemplos que materializam a existência do regime de exceção.

Quando a censura barrava, publicávamos outra coisa no lugar. Não íamos comprometer a estrutura da empresa. Minha primeira reação quando proibiram os espaços em branco foi publicar cartas dos leitores. Imaginei que entenderiam, porque só publicávamos cartas aos domingos. Mas não foi o caso, para você ver como nós, jornalistas e intelectuais, não conhecemos bem o público. Decidimos publicar poesia. Qual foi a reação? 'Muito bem, o Estado agora difunde a cultura!' Mas continuamos. O Júlio Neto me dizia: 'Não adianta, eles não percebem. É preciso algo continuado' (Oliveiros Ferreira, secretário de redação do Estado de São Paulo, de 1967 a 1978. Depoimento. In: **Memória de repórter**, 2010, p. 84).

Mesmo os jornalistas que não ocupavam cargos de direção relembram as estratégias utilizadas para fazer das práticas jornalísticas armas de combate à censura.

Percebi que só liam o começo do texto. Dependendo do assunto, liam tudo. Passei a escrever matéria com a pirâmide invertida ao contrário. O jornalista começa com o mais importante, mas eu abria com uma abobrinha e botava o mais importante depois. Até que o cara percebeu (Ricardo Kotscho. Repórter do Estado de S. Paulo, em 1968. Depoimento. In: **Memória de repórter**, 2010, p. 83-84).

Enredo 2: a luta deve ser dos dirigentes

Se para os jornalistas a arma de luta contra a censura era a própria prática jornalística, no discurso memorável enfatiza-se também a ação destemida de algumas poucas publicações e, entre elas, no caso do Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã*.

O único jornal que dava uma ampla cobertura (do que acontecia sob a ditadura) era o *Correio da Manhã*. A Última Hora também dava, mas o *Correio* ia mais fundo. A edição a respeito da Passeata dos Cem Mil foi impressionante, hoje nenhum jornal faria, seria inimaginável. Os jornais hoje são muito mais mercadoria. O *Correio da Manhã* se deu ao luxo de fazer uma edição primorosa, com detalhes, e desempenhou seu papel na luta pela democracia; isso era o mais importante na época. Com uma Niomar Muniz Sodré era possível, porque ela tinha esse espírito (Arthur Poerner. Depoimento. In: **Memória de repórter**, 2010, p. 79).

Assim, cabia aos proprietários dos jornais a decisão de ser contra a ditadura. Os jornalistas apenas cumpriam ordens. Portanto, a ampla cobertura do *Correio da Manhã*, a reação contra as prisões de alguns jornalistas, mesmo sob a ameaça de ter a edição apreendida, era uma prerrogativa dos quadros superiores da empresa, como no caso de Niomar Muniz Sodré, proprietária do jornal.

Enquanto isso, policiais militares invadiram o *Correio da Manhã*. Dirigiram-se à redação, no terceiro andar. Peralva desceu para saber o que acontecia, foi imediatamente algemado com as mãos para trás e jogado num camburão. A Niomar, a dona do jornal, uma senhora

baianinha muito valente, desceu também. Fumava sem parar, deu bronca, etc. Nisso, saiu um tiro que ficou muito tempo alojado na entrada do prédio na Avenida Gomes Freire, 471. (Arthur Poerner. Depoimento. In: **Memória de repórter**, 2010, p. 85).

Apesar de frente à truculência muitos terem calado, produzindo um silêncio que deixou ecos no futuro, destacam sempre o orgulho de terem participado daquele momento da história de um jornal que defendia a democracia. Era a defesa de democracia que fazia deles verdadeiros jornalistas.

Tínhamos a sensação de que todo o jornal e todas as editorias se empenhavam em criticar e derrubar a ditadura. O *Correio da Manhã* não sentia medo, metia a cara. Enquanto sobreviveu teve dignidade. (...) Eu me orgulhava de dizer: 'Eu trabalho no *Correio da Manhã*. Sou do *Correio da Manhã*'. O jornal marcou bem a vida de muita gente. Os outros não me marcaram mal, porque eu não deixei. Não vesti a camisa deles. Nos outros eu trabalhei; e no *Correio da Manhã* eu fui jornalista. (Bertholdo de Castro. Depoimento. In: **Memória de repórter**, 2010, p. 87)

A reação da imprensa (e dos jornalistas) foi, portanto, diversificada. Houve aqueles que optaram por aceitar ordens que chegavam à redação por meio de bilhetes e telefonemas; houve os que de fato sofreram as consequências da censura prévia e houve aqueles que promoveram um discurso de inclusão nas tramas da censura posteriormente a sua efetiva existência. Para muitos jornalistas e para muitos jornais é mais interessante construir uma história de destemor e lutas do que revelar as aproximações que de fato alguns tiveram com o poder.

Havia censura da polícia e

aquela que era feita através da troca de favores. Os donos dos jornais telefonavam para o governo pedindo favores e assim também os governos se achavam no direito de telefonar para pedir que não fossem publicadas certas notícias. É muito importante estabelecer o seguinte: dos jornais diários brasileiros, só quem teve censura prévia foi a Tribuna da Imprensa que iria completar 10 anos agora no dia 23 de outubro, o Estado de S. Paulo e o Jornal da Tarde por 20 meses. Só, mais nada. Não houve censura prévia em nenhum outro diário (Helio Fernandes. Depoimento (1978). In: MARCONI, 1980, p. 167).

A apatia (ou a cooptação) fazia calar as informações sobre prisões, torturas e outras violações dos direitos humanos, sobretudo, na fase mais aguda do regime ditatorial. Ainda que muitos argumentem que a acomodação não se fazia por um processo de introjeção da censura. Observa-se durante todo o período que mais violenta do que a censura (que não foi genérica, nem atingiu indiscriminadamente todos os órgãos de imprensa) foi a prática voluntária da autocensura: seja por absoluto desconhecimento da amplitude da exceção de um regime ditatorial que duraria vinte um anos, seja por desejar continuar dialogando e se aproximando do campo político.

Ficaram muito tempo no Estadão, em São Paulo. No Jornal do Brasil, o inspetor ligava e dava instruções. Havia normas: o que não era proibido nós dávamos, algumas coisas muito discretamente. O Jornal do Brasil não serviu ao governo militar. Obedeceu as regras da censura. Ninguém foi demitido. Alguns saíram porque fugiram, porque quiseram e sofriram perseguição (Carlos Lemos. Depoimento. In: Memórias de repórter, 2010, p. 90).

A censura prévia exercida pelos censores enviados às redações foi aplicada de modo pontual e, sobretudo, sem regras claras (KUCINSKI, 2002, p. 534). Para o autor essa falta de regras levou os jornais (e jornalistas) a adotarem cada vez mais a autocensura. Antecipando-se às ordens presumidas, tentando adivinhar o que o regime não gostaria de ver publicado, jornalistas, editores e donos do jornal esmeraram-se na autocensura, controlando de forma antecipada e voluntária as informações (KUCINSKI, 2002, p. 534-536). O exercício generalizado da autocensura determina, segundo o autor, o padrão de controle da informação durante o regime autoritário, sendo os demais métodos (censura prévia e expurgos de jornalistas) muito mais acessórios e instrumentais para a implantação da autocensura.

Tinha havido uma troca de tiros, com a morte de uma líder (...) eu fotografei o cadáver: era a loura dos assaltos, procuradíssima. Ao lado, havia um conjunto habitacional e fui conversar com os moradores. Encontrei uma senhora chorando. Davam-lhe água e ela me contou. 'Moço isso é uma covardia, trouxeram ela num carro, botaram aí e ela saiu correndo, gritando não faça isso, não faça isso. Meteram bala e a mataram'. Eu escrevi tudo isso, com depoimento de um e outro, de pessoas que viram tudo e entreguei no jornal – não publicaram. Fui conversar com o Carlos Lemos, o subeditor, que disse: 'Não, Jacob, um dia a gente vai fazer um livro e contar tudo'. Até hoje eu não vi. (Alberto Jacob, fotógrafo. Depoimento. In: **Memória de repórter, 2010**, p. 91).

Entretanto, não podemos considerar apenas como aderência voluntária ao regime o medo prévio da censura. Buscando uma explicação baseada na historicidade da constituição do jornalismo como prática social e lugar de reconhecimento público,

pode-se interpretar essa aderência de duas formas: o valor atribuído ao exercício da prática da profissão estar acima de regras deontológicas do grupo, como o exercício livre do ofício e a obsessão pelos valores democráticos; e a necessidade (ou interesse) de continuar participando das esferas de poder, reproduzindo o modelo de significação mais duradouro no jornalismo. Mas, ao ver apartado de seu cotidiano os temas políticos, era preciso produzir outro lugar simbólico de importância para a profissão: e esse lugar será, na década de 1980, a capacidade investigativa.

Mas no futuro, através dos jogos memoráveis, construindo uma imagem comum do grupo, dão outras interpretações ao passado aonde sobressai exatamente a luta indiscriminada em favor dos valores democráticos, o bem simbólico mais duradouro e mais reafirmado no jogo discursivo do jornalismo.

A Passeata dos Cem Mil, por exemplo, na Avenida Rio Branco, parou na porta do Jornal do Brasil, houve aplausos, e muitos jornalistas da redação participaram. O Jornal do Brasil tinha uma importância muito grande como veículo democrático. O AI-5 é que foi realmente duro, dramático (Alberto Dines. Depoimento. In: Memória de repórter, 2010, p. 79).

Enredo 3: é preciso continuar sendo jornalista

Enquanto na Copa de 1970, em pleno Governo Médici, os meios de comunicação abriam espaços para divulgar os resultados de um país que se amalgamava sob o slogan “Brasil, Ame-o ou Deixe-o” ou enaltecia os resultados de um “milagre” produzido de maneira irreal

na área econômica, havia o esquecimento das perseguições, prisões, banimentos e mortes dos que se colocavam contra o regime. Mesmo hoje, o que os jornalistas (e as empresas) rememoram como ação da imprensa são sempre histórias de luta e resistência num processo de enfrentamento aos ditames de um período sem liberdades democráticas, como vimos no item anterior.

No que diz respeito aos discursos memoráveis dos jornalistas há uma produção narrativa que ora enfatiza a ação destemida de alguns, ora justifica a apatia e o silêncio em relação aos desmandos do regime como forma de não ameaçar o seu lugar de jornalista. Qualquer ação que pudesse significar deixar de ser jornalista era imediatamente rechaçada.

Mas a atmosfera da redação freia você, porque o jornalista é um homem extremamente dependente do emprego. Não só do salário. É que o jornalista é jornalista no fundo porque gosta, porque precisa ser jornalista. Ele tem um compromisso com o imediato, com a ansiedade do dia seguinte, com aquela ponte de que falei, entre o ontem e o amanhã. Ele vibra com aquilo, é como se fosse uma atividade de arte dele. Ele seria capaz de trabalhar até de graça (Francisco Pedro do Coutto. Depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro, CPDOC/Alerj, 1998).

O mesmo argumento também é apresentado por Augusto Nunes, jovem repórter no início dos anos 1970, para justificar a aderência aos ditames da ditadura.

No primeiro momento, você se considera o herói da resistência. Decide que vai escrever, e eles cortam. O problema da censura é que ela nos emascula, afoga na origem. Você escreve uma vez e outra. Mas, quando vem a terceira

matéria com aquele lápis vermelho, é difícil continuar, vira teimosia. Não que se pratique a autocensura, mas você se rende, não há nada que fazer (Augusto Nunes, repórter O Estado de S. Paulo, em 1970. Depoimento. In: **Memória de repórter**, 2010, p. 85).

Se do ponto de vista empresarial a aproximação com os grupos políticos (militares e civis) articuladores do golpe representou, em muitos casos, ganhos econômicos e simbólicos, transformando empresas ainda incipientes em organizações que assumiriam a liderança no cenário midiático nacional (como foi o caso das Organizações Globo), para os jornalistas não falar no passado e rememorar apenas fatias estratégicas possui múltiplos significados.

Em primeiro lugar, mais importante do que desempenhar o papel de vigilante destemido das liberdades democráticas era para eles se adaptarem aos ditames da época de forma a não colocar em risco a profissão. Em segundo lugar, a marca identitária do jornalismo advinha de sua aproximação com o campo político. Historicamente, no Brasil, o jornalismo construiu sua importância e seu reconhecimento como lugar autorizado pela simbiose entre imprensa e política, de tal forma que os homens de imprensa eram quase que naturalmente os homens de poder. Não ter entre seus temas dominantes as inferências e reflexões críticas do mundo da política, significava perder a temática privilegiada, aquela que conferia a maior importância simbólica ao ser jornalista.

Portanto, a relação da imprensa com o campo político no caso brasileiro determinou, também, a forma como foi construída a memória futura da atuação dos meios de comunicação durante o

período da ditadura militar.

Em depoimentos, edições comemorativas, entrevistas, dirigentes e jornalistas colocam em relevo as perseguições, os ataques à liberdade, generalizando essas ações para toda a imprensa. Há, em contraponto, silêncio sobre muitos dos esquecimentos produzidos e sobre as ações de cooptação ou, ao menos, de adaptação ao momento de exceção em que se vivia.

Há que considerar também os jogos construtores da memória, enquadrada, silenciada, selecionada para produzir ligas duradouras para um grupo social que, assim, edifica uma memória coletiva comum, partilhando um passado rememorado em uníssono e com marcas que se repetem, se constituindo como grupo coeso e inscrito numa história futura.

Censura e autocensura

Caracterizar a experiência ditatorial brasileira de maneira unívoca é produzir uma interpretação equivocada do passado. A alternância entre momentos de repressão expressiva com outros em que vigorava alguma liberdade decorria também do fato de ocupar o centro do poder determinados grupos que disputavam o poder político nas Forças Armadas. A alternância entre esses grupos (os que eram favoráveis ao extremo autoritarismo e aqueles que possuíam pretensões democráticas) influenciou não apenas a força da censura frente aos movimentos de expressão, como também produziu impacto na maneira como se deu a transição do período ditatorial à redemocratização (KINZO, 2007).

Da mesma forma, perceber a ação da censura durante o período militar significa estabelecer nuances em relação à forma

como foi aplicada. Há que se considerar também que a memória construída sobre como se operacionalizava a repressão aos meios de comunicação é um trabalho de múltiplas significações, não apenas referentes ao passado, mas, sobretudo, ao presente, com vistas ao futuro, como já enfatizamos.

Como lembra Aquino (2002), a censura não foi nem unilinear, nem aleatória, nem atingiu da mesma maneira todos os meios de comunicação. Há que se considerar a idealização na forma como se percebe a atuação da imprensa em períodos de exceção e como a própria imprensa constrói posteriormente um discurso que prioriza a luta que empreenderam – de maneira indiscriminada e genérica – contra a ação da censura.

Se no período logo após o Golpe a forma de censura mais comum se fazia através de ordens expressas dirigidas às redações impondo a não publicação de determinados temas, logo depois da edição do AI-5, em dezembro de 1968, passou a ser mais contundente, criando-se mecanismos de controle que incluíam a censura prévia a algumas publicações. O olhar discriminatório recaiu com mais intensidade sobre os jornais da chamada imprensa alternativa¹, enquanto poucas foram as publicações da grande imprensa que sofreram censura prévia. Além da Tribuna da Imprensa, que esteve sob censura por quase dez anos, também os jornais *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde* ficaram sob censura entre 1972 e 1975; *A Notícia, de Manaus*, entre 1975 e 1978; e revista *Veja* em 1972 e entre 1974 e 1976 (MAIA, 2002, p. 493-495).

No depoimento de um dos mais importantes jornalistas do período, Danton Jobim, a crítica que alguns órgãos

exerciam ao governo, aliada ao fato de não estarem “informando e orientando a população que os órgãos controlados pelos militares estavam empenhados em fazer frente à guerra revolucionária”, fora determinante para a mudança de rumo. O argumento frequentemente utilizado de que o país vivia uma guerra revolucionária, da qual as manifestações estudantis e os atentados atribuídos a terroristas eram as provas cabais justificava, na visão do governo ditatorial, toda a exceção promovida pelo regime. Segundo a crítica, frequentemente repetida, a imprensa tratava de forma leviana temas explosivos que eram expostos não de forma realista, mas “com exagero sensacionalista” (JOBIM, 1984).

No contexto do final dos anos 1960, como o descontentamento diante das ações contra as liberdades democráticas, eclodiram diversos movimentos para expressar publicamente a oposição aos militares. O ano de 1968 ficou marcado mais do que como momento de contestação, como marco de expressões múltiplas contra a ditadura. Diversas manifestações tomaram as ruas, sobretudo, nas duas maiores cidades do país: a Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro e a Batalha da Maria Antonia em São Paulo são instantes de visibilidade da contestação e que sofreriam dura repressão do governo, culminando com a edição do Ato Institucional nº 5, que instituiu poderes discricionários de maneira generalizada em todo território.

Isso é bom deixar claro porque, para muita gente, já era a ditadura, mas nós nem tomávamos conhecimento. Pelo menos a minha turma, a ala jovem do Estadão, não se interessava muito pela política. Eu gostava mesmo era de sair à

1- O nome imprensa alternativa, também chamada de nanica, era utilizado para classificar mais de uma centena de publicações que surgiram entre 1964 e 1980. Opinião, Pasquim e Movimento foram os periódicos mais importantes entre esses jornais e revistas, muitas vezes de periodicidade incerta. Sobre o tema cf. Kucinski (1991).

noite, naquela época de muita ebulição no Brasil. Tínhamos a bossa nova, o Teatro de Arena, o Teatro Oficina, os bares da Nestor Pestana e o futebol. Eu adorava futebol. A ficha só caiu no dia 13 de dezembro de 1968, quando estava todo o mundo em volta do rádio, ouvindo um pronunciamento do Costa e Silva. Pela reação dos colegas mais velhos, eu vi que a brincadeira tinha acabado (Ricardo Kotscho, repórter do Estado de São Paulo, em 1968. Depoimento. In: Memória de repórter, 2010, p. 80-81).

O movimento generalizado de autocensura na grande imprensa, da qual participam não apenas os proprietários dos jornais, mas também os jornalistas, mostra que houve altíssimo grau de adesão dos meios de comunicação. A imprensa foi complacente ou ignorou a sistemática ação repressora, que resultou na morte de centenas de pessoas nas dependências militares do regime. Construiu também em uníssono um discurso que destacava os “milagres” econômicos do período e negava o empobrecimento da maioria. Amplificou as glórias esportivas nacionais como se fossem de toda a população (BARBOSA, 2007, p. 196).

Considerações Finais

Nos últimos anos algumas interpretações equivocadas querem fazer crer que a ditadura militar (ou civil-militar como preferem alguns, ou ainda empresarial-militar como preferem outros) não teria sido tão repressiva, se constituindo naquilo que o editorial polêmico da *Folha de S. Paulo*, de 17 de fevereiro de 2009, chamou de “ditabranda”, numa alusão a não intensidade das ações repressoras. Essa interpretação não encontra justificativa:

de fato houve muitos atos desumanos, promovendo o extermínio sem tréguas dos opositores, como uma política deliberada de Estado.

Há que se ter em mente também que um regime político ditatorial só duraria vinte e um anos com o envolvimento e a participação de múltiplas forças militares e civis, nas quais a imprensa teve papel relevante. Não há possibilidade de um regime de exceção perdurar por tanto tempo sem o respaldo social, que se consegue não apenas pela força, mas também pela criação do consenso.

Nesse sentido, as sólidas relações e apoios nos meios políticos, judiciários, empresariais, sindicais, universitários, da imprensa e das telecomunicações, como remarca Marcelo Ridenti (2010, p. 289), foram decisivas para a manutenção do regime. “Eis o tema-tabu que torna tão incômodo lembrar o período: uma parte da sociedade brasileira, por ação ou omissão, foi conivente com a ditadura” (RIDENTI, 2010, p. 289).

Os dados coletados pelo Projeto Brasil: Nunca Mais e trabalhados de forma exaustiva por Ridenti (2010) mostram que a ditadura nada teve de “ditabranda”. Segundo o autor, levando-se em conta o total de processados pela Justiça Militar por envolvimento com organizações de esquerda, estes teriam sido de cerca de 800 pessoas. Já a soma dos mortos e desaparecidos por diversas atividades de oposição à ditadura chegaria a 396 seres humanos, sendo que destes a maioria era de jovens. A obra de Teles (2009) narra os casos de 237 mortos e 159 desaparecidos políticos, num total de 396 pessoas. Faz referência ainda a mais 30 mortes no exílio e outras 10 pouco antes do golpe de 1964, chegando a um total de 436 casos

(RIDENTI, 2010, p. 293).

Esses números dão a dimensão do que representou a repressão aos que se opunham ao regime ditatorial. Por outro lado, há que se considerar também que no período houve outras violências reais e simbólicas: dilapidação desumana das forças produtivas, arrocho salarial, sindicatos sob intervenção, prisões arbitrárias, nível degradante cada vez maior das cidades (ocupação desordenada do espaço urbano, carências as mais diversas, do saneamento básico à educação) e censura.

Portanto, nem a análise do período ditatorial, nem a interpretação da relação da imprensa com os atores que assumiram a cena política são tarefas fáceis. Não houve só resistência e nem só cooptação. A rigor, houve as duas coisas. A imprensa lutou e recuou. Alguns jornalistas se curvaram às ordens de silêncio, enquanto outros empreenderam lutas solitárias. Não há um único movimento, nem uma única tomada de posição.

Entretanto como um movimento que se repete mais que é, de fato, pouco lembrado houve também conivência com a ditadura por parte da imprensa. Mas essas ações precisam ficar sepultadas por camadas de esquecimento.

A adesão ao silêncio no passado sobre o que de fato se passava no mundo próximo – com prisões, perseguições, torturas e mortes; com presos enfileirados e com mãos na cabeça nos estádios de futebol, tal a quantidade após manifestações em favor do restabelecimento democrático –

são lembranças que devem permanecer encobertas. Lembranças para uns e zonas de sombra de não-ditos, como enfatiza Pollack (1989), para outros, nesse caso os próprios jornalistas.

O dito no futuro como memória revelada é o discurso comum de ações em favor da liberdade de expressão. Mas no passado houve, sobretudo, o silêncio. O silêncio imposto pela censura, mas também pela autocensura e por normas que foram se impondo (como a convenção narrativa em torno do fato bruto, sem interpretações e comentários) tiveram papel estratégico para a prática jornalística. Mas como também remarca Pollack (1989), os silêncios são moldados pela angústia de ser punido por aquilo que se diz ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos.

Assim, o silêncio imposto a determinados temas no passado pelos jornalistas se transformam no futuro no não dito. A fronteira entre o que é expresso como dizível apaga novamente o silêncio do passado, construindo uma armadura dupla para o esquecimento comandado (RICOEUR, 2007). Além disso, falar hoje do passado, recordando fatias daquele tempo, é promover a construção dos jornalistas como grupo coeso, portador de uma memória comum. Nesse caso, pontos de referências são selecionados a partir dos valores mais duradouros. Para se construir como grupo coeso e submetido aos mesmos princípios éticos e profissionais é preciso esquecer fatias do passado. E produzir uma vez mais o silêncio.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WLTMAN, Fernando e ROCHA, Dora. Eles mudaram a imprensa. Depoimentos ao CPDOC (2003). Rio de Janeiro: FGV Editora.

AQUINO, Maria Aparecida de. (2002). “Mortos em sepultura”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). Minorias silenciadas. São Paulo: USP /Imprensa Oficial.

BARBOSA, Marialva (2007). História cultural da imprensa (1900-2000). Rio de Janeiro: MAUADX.

JOBIM, Danton (1984). “Liberdade de imprensa no Brasil”. In: MELO, José Marques de (org.). Censura e liberdade de imprensa. São Paulo: COM-ARTE.

KINZO, Maria D’alva G. (2007). A redemocratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. Revista São Paulo em perspectiva. V. 15, nº 4, out/dez. 2001.

KUCINSKI, Bernardo (1991). Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta.

KUCINSKI, Bernardo (2002). “A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). Minorias silenciadas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial.

Este artigo e todo o conteúdo da **Estudos em Jornalismo e Mídia** estão disponíveis em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo>

Estudos em Jornalismo e Mídia está sob a Licença Creative Commons 2.5